

# Partido Popular CDS-PP

Grupo Parlamentar



A

Sua Excelência

O Senhor Presidente da  
Assembleia da República

MENCIONE-SE PARLAMENTO  
E EXPEÇA-SE

2004, 19, 188

JH

REQUERIMENTO Nº 361/IX (3a) - AC

## À Inspeção-Geral da Administração do Território

Mem. C. d. Adm. L. Hab. Des. Res.

**Assunto:** Construção na Praia da Mina do Azeiche, em Alcobaça, junto da falésia em faixa de risco

Considerando que:

- I. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender;
- II. Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos, prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão e ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;
- III. Nos últimos anos, o mar tem avançado na costa, degradando as falésias e obrigando o Estado a gastar dinheiros públicos para salvaguardar a estabilidade das mesmas;

*Handwritten signature*

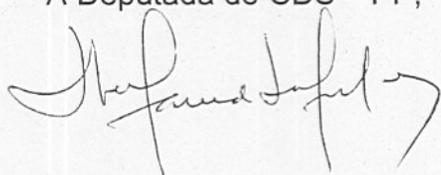
- 27
- IV. Uma nova construção está a ser executada junto da falésia da Praia da Mina do Azeiche, na freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, em faixa de risco;
  - V. A zona da construção encontra-se inserida em Faixa de Risco e em Área de Protecção Integral no Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC), de Alcobaça-Mafra, e, mesmo antes da aprovação deste plano, já estava integrada na Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - VI. A Câmara emitiu o alvará de licenciamento a favor da empresa construtora, a Ouriliz;
  - VII. A segurança de pessoas e bens poderá estar comprometida no futuro;
  - VIII. Um grupo de moradores já denunciou esta situação às autoridades;
  - IX. Em 02/04/2004, a CCDR-LVT até chegou a embargar a obra, com fundamento na violação do POOC;
  - X. Em 11/05/2004, a CCDR-LVT ordenou o levantamento do embargo e a construção da obra continuou;
  - XI. A Quercus veio requerer a suspensão administrativa ao levantamento do embargo;
  - XII. Através de uma Acção Popular, diversos cidadãos pretendem obter a declaração de nulidade da deliberação da Câmara Municipal de Alcobaça que licenciou a obra em questão;

Tendo presente o disposto nas alíneas d), e) e g) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, no número 3 do artigo 12º do Estatuto dos Deputados, e nos números 1 e 2 do artigo 245º do Regimento da Assembleia da República,

A Deputada do CDS – Partido Popular, abaixo-assinada, **vem, por este meio requerer**, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, que a Inspeção-Geral da Administração do Território informe, se, face aos factos relatados, tenciona promover a fiscalização da compatibilidade com a lei do procedimento sobre a citada construção em plena orla costeira de Alcobaça ou se já está em curso alguma inspeção ou sindicância à actuação das entidades administrativas envolvidas?

Lisboa, Palácio de São Bento, 18 de Novembro de 2004.

A Deputada do CDS – PP,



( ISABEL GONÇALVES )